

Prezado(a) candidato(a):

Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

Nº de Inscrição

Nome

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto que se segue e responda, com base nele, às questões da prova.

O direito à espontaneidade

1 A sociedade brasileira, nos últimos tempos, foi surpreendida por
2 uma avalanche de denúncias de infrações cometidas por políticos e
3 administradores de serviços públicos. Nos episódios duas coisas cha-
4 mam a atenção: primeira, a importância que a imprensa e o Judiciário
5 assumiram na divulgação dos crimes e na punição dos criminosos;
6 segunda, o papel das escutas telefônicas clandestinas no processo de
7 incriminação dos infratores.

8 Detenho-me no último aspecto. A impressão que se tem é a de
9 que muitos políticos e servidores públicos hesitam em punir com firme-
10 za os delinqüentes no poder com receio do próprio telhado de vidro.
11 Resultado: a omissão deu lugar a medidas de força escoradas, muitas
12 vezes, em métodos de apuração de crimes de natureza moralmente
13 duvidosa. Ora, assim como a crescente intervenção da Justiça na vida
14 pública parece ser um sinal da decadência da política, o grampeamen-
15 to de telefones como meio usual de investigação de suspeitos mostra a
16 decadência da moral privada.

17 Antes de tudo, demos a César o que é de César. Punir quem me-
18 rece é uma forma de a sociedade defender, sobretudo, os interesses
19 dos mais frágeis, ou seja, a maioria da população. A má-fé de políticos
20 e burocratas corruptos precipitou, de forma entendível, o recurso a so-
21 luções exasperadas. Não podemos, porém, fazer de atitudes de emer-
22 gência receitas da vida cotidiana.

23 O direito à privacidade se tornou um dos pilares éticos da cultura
24 ocidental, pelo menos desde as revoluções Americana e Francesa. A
25 intimidade, nas origens burguesas, era um domínio da vida de relação
26 protegido pelos ideais de honra, vergonha e pudor. O íntimo só vinha a
27 público em circunstâncias excepcionais e por motivos de força maior.
28 Preservar a intimidade do escrutínio público significava defender o es-
29 paço privado das demandas impessoais da coletividade e o espaço
30 público de interesses irrelevantes para o bem comum. O costume no-

civo da escuta clandestina corrói o sentido moral dos dois. Do espaço público, porque somos obrigados, querendo ou não, a partilhar idiosincrasias, obsessões ou desatinos que não nos concernem; do espaço íntimo, porque gera um clima de terrorismo no qual o pavor da espionagem começa a exigir dos indivíduos um autocontrole na intimidade próximo da sandice persecutória.

Não é preciso muito esforço para imaginar o que seria uma sociedade totalmente vigiada com os instrumentos tecnológicos de hoje. Com muito menos, Orwell e Huxley fabricaram os pesadelos ficcionais que conhecemos, e Marcuse e Foucault despertaram a indignação de várias gerações de rebeldes ou revolucionários.

Comprometer publicamente os indivíduos pelo que dizem ou fazem no segredo da intimidade é uma insensatez. Só uma esfera pública degradada pode aceitar, com regozijo ou complacência, a prática indiscriminada da escuta telefônica clandestina.

Ninguém de bom senso contesta a legítima aspiração social a punir bandidos ou fraudadores das riquezas públicas. O problema é curar a doença matando o doente. Ao banalizar a invasão legal da privacidade, estamos abrindo mão de uma das mais nobres aquisições éticas da nossa cultura, o direito à espontaneidade.

Espontaneidade é a capacidade de manifestar fluência emocional à autenticidade de propósitos para agir livremente e criar, sem cessar, formas inéditas de interação conosco, com os outros e com o mundo. Essa habilidade tem como requisito a liberdade da experimentação moral, sem a qual nada de novo pode surgir. Mas justamente por ser um experimento inédito, a ação espontânea não tem precedente causal nem fins previsíveis. O efeito do ato livre, em consequência, pode ser algo meritório ou reprovável.

A condição para o início da ação é, portanto, a confiança na disposição do outro para aceitar o inusitado, inclusive o que incomoda, sem represálias imediatas, até que o sujeito possa corrigir eventuais malogros do que se propôs a fazer.

O estímulo cultural à devassa da privacidade destrói tudo isso. A desconfiança inibe a ação, já que poucos ousam apostar no imprevisto sem contar, de modo tácito, com a tolerância do outro em caso de insucesso. É nisso que insistiram pensadores tão distintos quanto Bergson, Dewey, William James, Hannah Arendt, Otto Rank ou Winnicott. Sem um ambiente favorável à experiência da criatividade, estancamos o fluxo da cultura e do desenvolvimento pessoal.

Pode-se objetar que o raciocínio é impertinente, pois não se trata de impedir espíritos criativos de produzir experiências emocionais e culturais enriquecedoras. O que se traz a público não é "qualquer" fato da vida privada, e sim conluios criminosos que lesam o interesse de todos. Mas aí mora o perigo. Quem garante a moderação e a sensatez de olheiros, alcagüetes e demais "profissionais do ramo"?

A melhor prova da dificuldade em limitar abusos é a epidemia de escutas clandestinas que estamos presenciando. Inúmeros brasileiros, de forma irresponsável e assustadora, passaram a achar "natural" negociar a intimidade de outros com traficantes de informações ilícitas. Brigas entre casais, intrigas profissionais, desejo de ascensão social,

81 competição empresarial, tudo passou a justificar o expediente torpe da
82 escuta escondida de conversas íntimas. O que era restrito a serviços
83 secretos de informação ou aos empoeirados "private eyes" de filmes e
84 romances "noir" passou a ser um meio quase corriqueiro de acerto de
85 contas entre desafetos.

86 É verdade, nenhum poder extramundano decretou que a espon-
87 taneidade é serva da privacidade. Podemos, perfeitamente, imaginar
88 formas de vida nas quais a expressão espontânea do indivíduo respire
89 fora desse exíguo círculo. A questão, porém, não é o valor moral "em
90 si" da privacidade, que pode ser relativizado como qualquer outro valor
91 que venhamos a criar. A questão é que, na maioria, todos continuamos
92 a ver a intimidade como um abrigo privilegiado de construção da iden-
93 tidade e proteção da liberdade.

94 Assim, até que tenhamos algo melhor a oferecer, dependemos
95 dela para resguardar o núcleo sensível de nossa autonomia da intru-
96 são do outro. Quem tem sua intimidade violada sofre uma das piores
97 formas de humilhação conhecidas; quem viola a intimidade alheia ma-
98 nipula um instrumento de violência que não pode ser entregue a qual-
99 quer um, muito menos à escória social que faz das dores e misérias
100 humanas fontes de renda. Afinal não custa perguntar: o que ganha-
101 mos, em matéria de justiça, trocando uma república de corruptos por
102 uma de quintas-colunas?

COSTA, Jurandir Freire. *Folha de São Paulo*, São Paulo,
9/09/2001. Caderno *Mais!*. p. 16.

QUESTÃO 1:

É correto afirmar que são objetivos do texto, **EXCETO**:

- a) mostrar os efeitos nocivos para a sociedade do uso indiscriminado da escuta clandestina.
- b) defender o direito à espontaneidade como conquista ética da cultura ocidental.
- c) demonstrar a decadência da moral pública no Brasil.
- d) chamar a atenção para a importância da preservação do direito à privacidade.

QUESTÃO 2:

Com relação ao direito à espontaneidade, todas as afirmações seguintes são confirmadas pelo texto, **EXCETO**:

- a) A espontaneidade amplia as formas de interação entre as pessoas.
- b) A liberdade para a experimentação moral é condição da espontaneidade.
- c) O medo de expor a intimidade inibe as ações espontâneas.
- d) Os efeitos da espontaneidade, apesar de imprevisíveis, são sempre louváveis.

QUESTÃO 3:

Todas as expressões seguintes remetem, no texto, à idéia de escuta clandestina, **EXCETO**:

- a) "sandice persecutória". (linha 36)
- b) "expediente torpe". (linha 81)
- c) "costume nocivo". (linha 30)
- d) "métodos de apuração de crimes de natureza moralmente duvidosa." (linha 12)

QUESTÃO 4:

Com base exclusivamente nas informações contidas no texto, é CORRETO inferir que:

- a) A epidemia de escutas clandestinas é um fenômeno mundial.
- b) Orwell e Huxley são autores de ficções relacionadas com a invasão de privacidade.
- c) Antes das revoluções Americana e Francesa, inexistia direito à privacidade.
- d) A maioria dos brasileiros aprova a espionagem como meio legítimo de capturar criminosos.

QUESTÃO 5:

Todas as expressões seguintes dizem respeito, no texto, ao âmbito do espaço privado, **EXCETO**:

- a) a "indignação de várias gerações de rebeldes ou revolucionários". (linha 40)
- b) os "ideais de honra, vergonha e pudor". (linha 26)
- c) "as idiossincrasias, obsessões ou desatinos". (linha 32)
- d) a "liberdade de experimentação moral". (linha 54)

QUESTÃO 6:

Todas as frases seguintes servem para articular, no texto, um contraste de idéias, **EXCETO**:

- a) "O problema é curar a doença matando o doente.". (linha 47)
- b) "A questão, porém, não é o valor moral "em si" da privacidade [...]". (linha 89)
- c) "O íntimo só vinha a público em circunstâncias excepcionais e por motivos de força maior.". (linhas 26-28)
- d) "Mas aí mora o perigo.". (linha 74)

QUESTÃO 7:

O sentido da expressão destacada está, com base no texto, CORRETAMENTE interpretado em:

- a) "receio do próprio telhado de vidro". (linha 10) (medo das próprias tentações)
- b) "a espontaneidade é serva da privacidade". (linha 86) (a espontaneidade alimenta a privacidade)
- c) "poder extramundano". (linha 86) (poder fora do comum)
- d) "demos a César o que é de César". (linha 17) (sejam moderados)

QUESTÃO 8:

Todas as expressões seguintes referem-se, no texto, a praticantes da espionagem, **EXCETO**:

- a) "bandidos ou fraudadores das riquezas públicas". (linha 47)
- b) "escória social que faz das dores e misérias humanas fontes de renda". (linha 99)
- c) "quintas-colunas". (linha 102)
- d) "traficantes de informações ilícitas". (linha 79)

QUESTÃO 9:

Assinale a passagem que melhor exemplifica a estratégia discursiva do autor de incluir o interlocutor no seu ponto de vista:

- a) "Ninguém de bom senso contesta a legítima aspiração social a punir bandidos ou fraudadores das riquezas públicas.". (linha 46)
- b) "Inúmeros brasileiros, de forma irresponsável e assustadora, passaram a achar "natural" negociar a intimidade de outros com traficantes de informações ilícitas.". (linha 77)
- c) "A questão é que, na maioria, todos continuamos a ver a intimidade como um abrigo privilegiado de construção da identidade e proteção da liberdade.". (linha 91)
- d) "Não é preciso muito esforço para imaginar o que seria uma sociedade totalmente vigiada com os instrumentos tecnológicos de hoje.". (linha 37)

QUESTÃO 10:

Examine a seguinte passagem do texto:

"É verdade, nenhum poder extramundano decretou que a espontaneidade é serva da privacidade. Podemos, perfeitamente, imaginar formas de vida nas quais a expressão espontânea do indivíduo respire fora desse exíguo círculo." (linhas 86-89)

A respeito do trecho transcrito, é **CORRETO** afirmar que, nele:

- a) O autor faz a admissão implícita de uma possível objeção a seus argumentos.
- b) A formulação de uma situação imaginária traz ambigüidade às idéias apresentadas pelo autor.
- c) Há a introdução de uma discussão inteiramente nova no texto.
- d) A linguagem destaca-se pelo tom coloquial.

QUESTÃO 11:

Com base no texto, a interpretação **CORRETA** para a expressão escrutínio público (linha 28) é:

- a) censura.
- b) pleito eleitoral.
- c) exame pela sociedade.
- d) escárnio coletivo.

QUESTÃO 12:

Em todas as alternativas, o deslocamento da expressão destacada não altera o sentido original da frase, **EXCETO** em:

- a) "A condição para o início da ação é, portanto, a confiança [...]". (linha 59)
A condição para o início da ação, portanto, é a confiança [...].
- b) "Com muito menos, Orwell e Huxley fabricaram os pesadelos ficcionais que conhecemos [...]". (linha 39)
Orwell e Huxley, com muito menos, fabricaram os pesadelos ficcionais que conhecemos [...].
- c) "a omissão deu lugar a medidas de força escoradas, muitas vezes, em métodos de apuração de crimes de natureza moralmente duvidosa.". (linha 11)
a omissão deu lugar, muitas vezes, a medidas de força escoradas em métodos de apuração de crimes de natureza moralmente duvidosa.
- d) "A sociedade brasileira, nos últimos tempos, foi surpreendida por uma avalanche de denúncias [...]". (linha 1)
A sociedade brasileira foi surpreendida, nos últimos tempos, por uma avalanche de denúncias [...].

QUESTÃO 13:

Assinale a alternativa em que a correspondência entre o termo destacado e a sua função sintática está **INCORRETA**:

- a) "Ninguém de bom senso contesta a legítima aspiração social a punir bandidos [...]". (linha 46)
(sujeito)
- b) "Não é preciso muito esforço para imaginar o que seria [...]". (linha 37) (adjunto adverbial de intensidade)
- c) "Punir quem merece é uma forma de a sociedade defender, sobretudo, o interesse dos mais frágeis [...]". (linha 17) (objeto direto oracional)
- d) "somos obrigados [...] a partilhar idiossincrasias, obsessões ou desatinos que não nos concernem; [...]". (linha 32) (objeto indireto)

QUESTÃO 14:

Todas as expressões destacadas exercem função sintática idêntica, **EXCETO**:

- a) "investigação de suspeitos". (linha 15)
- b) "ambiente favorável à experiência da criatividade". (linha 68)
- c) "intervenção da Justiça na vida pública". (linha 13)
- d) "uma república de corruptos". (linha 101)

QUESTÃO 15:

A indicação do tempo e do modo dos verbos seguintes, tal como são usados no texto, está **CORRETA** em:

- a) "demos" (linha 17) (pretérito perfeito do indicativo).
- b) "vinha" (linha 26) (pretérito mais que perfeito do indicativo).
- c) "tenhamos" (linha 88) (futuro do subjuntivo).
- d) "estancamos" (linha 69) (presente do indicativo).

QUESTÃO 16:

A justificativa para o uso do acento gráfico está **CORRETA** em:

- a) "corrói" (linha 31) (trata-se de ditongo aberto *ói*, cuja base deve ser acentuada).
- b) "aí" (linha 74) (trata-se de oxítona terminada em *i*)
- c) "indivíduo" (linha 88) (trata-se de paroxítona terminada em *o*)
- d) "favorável" (linha 68) (trata-se de paroxítona terminada em ditongo crescente)

QUESTÃO 17:

Em todas as frases seguintes, o termo "que" apresenta a mesma função sintática, **EXCETO** em:

- a) "[...] somos obrigados, querendo ou não, a partilhar idiossincrasias que não nos concernem [...]". (linha 32)
- b) "Demos a César o que é de César.". (linha 17)
- c) "A questão, porém, não é o valor moral 'em si' da privacidade, que pode ser relativizado [...]". (linha 89)
- d) "Pode-se objetar que o raciocínio é impertinente [...]". (linha 70)

QUESTÃO 18:

Assinale a alternativa em que a partícula *se* é usada, sintaticamente, como índice de indeterminação do sujeito:

- a) "[...] até que o sujeito possa corrigir eventuais malogros do que se propôs a fazer". (linha 61)
- b) "[...] pois não se trata de impedir [...]". (linha 70)
- c) "O que se traz a público não é qualquer fato da vida privada [...]". (linha 72)
- d) "O direito à privacidade se tornou um dos pilares éticos da cultura ocidental [...]". (linha 23)

QUESTÃO 19:

Todas as palavras seguintes são formadas por derivação, **EXCETO**:

- a) "esforço". (linha 37)
- b) "má-fé". (linha 19)
- c) "intimidade" (linha 25)
- d) "desconfiança" (linha 64)

QUESTÃO 20:

Assinale a alternativa em que a afirmação entre parênteses a respeito da passagem transcrita está **CORRETA**:

- a) "Nos episódios duas coisas chamam a atenção: primeira, a importância que a imprensa e o Judiciário assumiram na divulgação dos crimes e na punição dos criminosos; segunda, o papel das escutas telefônicas clandestinas no processo de incriminação dos infratores.". (linhas 3-7)
(A dualidade apresentada no período constitui um paradoxo que é desenvolvido ao longo do texto.)
- b) "Preservar a intimidade do escrutínio público significava defender o espaço privado das demandas impessoais da coletividade e o espaço público de interesses irrelevantes para o bem comum.". (linhas 28-30)
(Faz-se, no período, uma analogia entre o espaço público e o privado.)
- c) "O costume nocivo da escuta clandestina corrói o sentido moral dos dois. Do espaço público, porque somos obrigados, querendo ou não, a partilhar idiossincrasias, obsessões ou desatinos que não nos concernem; do espaço íntimo, porque gera um clima de terrorismo no qual o pavor da espionagem começa a exigir dos indivíduos um autocontrole na intimidade próximo da sandice persecutória.". (linhas 30-36)
(As unidades coordenadas do período apresentam um rigoroso paralelismo sintático entre si.)
- d) "Quem tem sua intimidade violada sofre uma das piores formas de humilhação conhecidas; quem viola a intimidade alheia manipula um instrumento de violência que não pode ser entregue a qualquer um, muito menos à escória social que faz das dores e misérias humanas fontes de renda.". (linhas 96-100)
(O núcleo semântico da segunda unidade coordenada não corresponde ao seu núcleo sintático.)